

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.476 - PB (2019/0303381-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : JOALLYSON GUEDES RESENDE
ADVOGADO : JOALLYSON GUEDES RESENDE - PB016427
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : EDUARDO JORGE DIAS DE MELO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EDUARDO JORGE DIAS DE MELO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado a 9 anos de reclusão, no regime inicialmente fechado, e teve negado o direito de recorrer em liberdade, pela prática dos delitos inscritos nos arts. 33 e 35, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fl. 48).

Segundo a acusação, o paciente e corréus, em contexto de associação criminosa, guardavam 1kg (um quilograma) de maconha e 260g (duzentos e sessenta gramas) de cocaína (e-STJ fl. 30).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 135):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO* E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO². PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SENTENÇA SUPERVENIENTE. DENEGAÇÃO DO DIREITO DO PACIENTE DE RECORRER EM LIBERDADE. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. 1) TESE DE NÃO FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE NEGOU O DIREITO DO PACIENTE DE RECORRER EM LIBERDADE. INSUBSISTÊNCIA. PACIENTE CONDENADO À PENA DE 09 (NOVE) ANOS DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA EM REGIME INICIAL FECHADO. ENCARCERAMENTO MANTIDO PELOS MESMOS FUNDAMENTOS DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO DO PROCESSO. INALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE JUSTIFICARAM A CUSTÓDIA. NECESSIDADE DE GARANTIA A ORDEM PÚBLICA E A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. INVIABILIDADE DA SOLTURA APÓS A CONDENAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. 2)

Superior Tribunal de Justiça

DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1) STJ: "Tendo o paciente permanecido preso durante toda a instrução processual, não deve ser permitido recorrer em liberdade, especialmente porque, inalteradas as circunstâncias que justificaram a custódia, não se mostra adequada a soltura dele depois da condenação em Juízo de primeiro grau". (HC 524.830/RJ, Rei. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 24/09/2019).

2) DENEGAÇÃO DA ORDEM.

Daí o presente *writ*, no qual alega a defesa que a sentença condenatória, no ponto em que manteve a prisão preventiva do paciente, carece de fundamentação idônea (e-STJ fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente (e-STJ fl. 9).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, mostra-se imprescindível a análise dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – em especial o envio de cópia de eventuais decisões sobre pedidos de revogação/relaxamento da prisão preventiva – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

